

O ULTIMATUM BRITÂNICO DE 1890: PASSADO E PRESENTE

The British Ultimatum of 1890: Past and Present

Teresa Pinto Coelho *

1. UMA ENTREVISTA NA *PALL MALL GAZETTE*

Em 21 de Maio de 1889, saía na *Pall Mall Gazette* um artigo intitulado “Our Portuguese Allies in Africa”¹ da autoria do geógrafo e então cônsul português em Newcastle — Jaime Batalha Reis —, uma figura muito importante, mais do que tem sido reconhecido, para percebermos o Ultimatum e que, como este estudo evidenciará, esteve ao serviço da política africanista de Barros Gomes. O artigo inclui um mapa da autoria de Batalha, o que não será de admirar pois fazia os seus próprios mapas.

Batalha Reis é descrito pelo entrevistador como um geógrafo de primeira qualidade, um excelente falante da língua inglesa e o seu recente artigo sobre Niassalândia publicado na revista da Scottish Geographical Society como o mais valioso contributo, até então, para o conhecimento da História e da exploração de África. De facto, formado no Instituto

* Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea (IHC) e Honorary Research Fellow, University of Oxford — cntp@fcs.unl.pt.

¹ “Our Portuguese Allies in Africa. An Interview with a Portuguese Geographer,” *Pall Mall Gazette* (21 de Maio 1889), 1-2.

de Agronomia em Lisboa em 1866 ², Batalha ingressaria na carreira diplomática prestando serviço inicialmente no consulado de Newcastle — de 1883 a 1887 — e depois no de Londres, até 1911. Após uma carreira brilhante em Lisboa enquanto agrónomo, em Inglaterra desenvolve uma intensa actividade científica e torna-se membro de importantes associações científicas como a Tyneside Geographical Society, de Newcastle, a Scottish Geographical Society, sediada em Edimburgo, e a reputada londrina Royal Geographical Society. Era também membro de sociedades literárias e culturais onde proferia regularmente conferências sobre variados temas, o que atesta a sua vasta bagagem não apenas científica como cultural ³.

Questionado sobre que território é reivindicado por Portugal na zona do Zambeze, Batalha responde:

Let me see a map. Now look at the South of Africa; note the situation of our colonies on either side of the continent, and ask yourself what our policy must be — indeed, always has been. Obviously the Power that planted colonies on the Atlantic seaboard at Benguela and on the Mozambique Channel at Sofala and Quillimane, must, by the necessity of its position, endeavour to stretch hands across the Continent.

² Maria José Marinho, *O Essencial sobre Jaime Batalha Reis* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996), 5.

³ É o caso da English Goethe Society, onde, em 18 de Janeiro de 1897, proferiu uma conferência sobre *The Aesthetics of Literature. An Elementary Sketch of a New Theory. Notes on Criticism*; em Junho de 1898, uma sobre Heine e, em 26 de Fevereiro de 1902, uma terceira sobre Victor Hugo. Em 3 de Maio de 1899, discursa na Carlyle Society sobre *Carlyle the Historian and on a New Theory of History*. A nível científico é ainda membro da Natural History Society e da North of England Microscopical Society. Sobre Batalha Reis em Inglaterra, ver: Teresa Pinto Coelho, *A Agulha de Cleópatra. Jaime Batalha Reis e as Relações Diplomáticas e Culturais Luso-Britânicas* (Lisboa: Cosmos, 2000). O seu vasto espólio (119 pastas) preservado na Biblioteca Nacional (Biblioteca Nacional de Portugal, Espólios: Jaime Batalha Reis ESP E4) atesta um variadíssimo leque de interesses que incluem música, filosofia, estética, geografia, história, política, assim como as suas relações com figuras portuguesas e estrangeiras da época, projectos de livros e leituras. O acervo do Ministério dos Negócios Estrangeiros contém a sua correspondência diplomática (Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD MNE), Espólio Jaime Batalha Reis, maços 150-162).

“But you have never exercised that sovereignty?”, pergunta o entrevistador.

We have never exercised that sovereignty over the whole tract. But we have garrisoned the country up to Zumbo, on the Zambezi, on the East, and on the West our furthest outpost is nearly halfway across the continent. The intervening strip has been crossed many times by Portuguese explorers and traders. We may not have the right of the actual exercise of sovereignty, but we have all the rights that come from first discovery, first exploration, first claim. It has been our secular policy, the unwavering resolute aspiration of the Portuguese people. It is a policy consecrated by many sacrifices of blood and treasure, it is dictated by our geographical position, and, whatever flaws our claims may possess, they are at least considerably stronger than any which England can put forth.

O entrevistador pergunta se é possível chegar a um acordo de reconhecimento de uma faixa britânica para norte até ao lago Tanganica, ao que Batalha responde que tal dependerá de até que ponto a Inglaterra reconhece as pretensões de Portugal, acrescentando que a primeira coisa que a velha aliada deve pensar é se considera importante a aliança luso-britânica:

You used to think so once; Portugal was the base of your operations in the Peninsular war, and for many years Portuguese and British interests were regarded in both countries as identical. Of late years you seem to have lost sight of this. We do not think you appreciate the value of our friendship. If you did you would not treat us alternately to snubbing and abuse.

Interrogado sobre as fronteiras pretendidas por Portugal, Batalha explica que foram definidas pelo tratado luso-germânico (referindo-se ao tratado de 1886) e que, a norte, são delimitadas pelo rio Rovuma, que corre do Lago Niassa para o mar, e, a sul do rio, toda a costa até à Baía de Moçambique. No interior, responde ainda, os territórios pretendidos estendem-se de costa a costa.

“Then that means that you claim all Nyassaland?”, pergunta o entrevistador.

No. We do not claim any part of the lake that lies to the north of the Rovuma on the east shore, nor on the west coast. [...]. But south of the

Rovuma we claim everything, including the east, south, and south-west shores of the Nyassa and both sides of the Zambezi, at least as far as Zumbo
But that gives you the sovereignty of Blantyre and the Shiré highlands?
Certainly. And why not? Even Lord Salisbury admits that Nyassaland is not British territory.

Depois de respostas em que se discute a questão religiosa, com Batalha Reis a defender a implantação do Catolicismo no Niassa e facilidades nas tarifas aduaneiras para os comerciantes britânicos, Batalha reafirma que dependem do reconhecimento das pretensões portuguesas numa Niassalândia alargando-se do Rovuma ao Zambeze em ambas as margens do rio até Zumbo.

“Is that your irreducible minimum?”

“That is our irreducible minimum”, diz Batalha e ainda ameaça veladamente que Portugal pode procurar a ajuda de outras nações. Como veremos, estaria a pensar na Alemanha.

Para percebermos a importância desta entrevista, é necessário ter em conta o periódico onde é publicada. Dirigida por um dos mais famosos e influentes editores da época, W. T. Stead, a *Pall Mall Gazette* alcançara um espaço privilegiado na imprensa londrina. Stead havia sido, nos anos 80, o introdutor do *New Journalism*, que, como o nome indica, introduziria algo de novo no panorama da imprensa vitoriana do final do século ⁴. Uma dessas inovações é a vulgarização da entrevista, precisamente a forma sob que surge o depoimento de Batalha Reis. Politicamente, embora o seu editor estivesse ligado aos círculos imperialistas chegando a encontrar-se com Cecil Rhodes em 1889 ⁵, o jornal primava por apresentar pontos de vista divergentes distanciando-se da rigidez de filiação ideológica, tanto do conservador *Times* como dos jornais liberais ⁶. Era, em poucas palavras, o jornal da moda, informado, moderno e influente.

⁴ Sobre o *New Journalism*, ver Harry G. Shalk, “Fleet Street in the 1880s: The Old Journalism and the New,” *Journalism Quarterly* 41, no. 3 (1964): 421-26.

⁵ Lucy Brown, *Victorian News and Newspapers* (Oxford: Clarendon Press, 1985), 188-93.

⁶ H. M. Massingham, *The London Daily Press* (London: The Religious Tract Society, 1892), 20.

A entrevista de Batalha teria, pois, muito impacto, a que se junta o facto de haver sido publicada na primeira página. Não sabemos como o conseguiu, mas foram, muito provavelmente, os seus contactos que funcionaram. Além disso, em 3 de Setembro de 1888, escrevera a Barros Gomes numa das suas cartas confidenciais: “Para atacar as fortes posições, para a nossa propaganda preciso de ser membro de um ou dois clubes de Londres dar ali, algumas vezes, de jantar a uma ou outra pessoa que me tenha obsequiado ou com quem eu tenha de tratar”⁷.

A penetração na *Clubland* constituiria, decerto, uma grande vantagem. Não sabemos, contudo, se terá conseguido tornar-se sócio de algum dos *very exclusive* clubes londrinos. De qualquer das formas, a *Pall Mall Gazette* era um dos vespertinos de grande popularidade nos *clubs*⁸.

2. A QUESTÃO DO NIASSA E DAVID LIVINGSTONE

Esta entrevista assenta nos principais pontos da discussão diplomática, histórica e jornalística que antecede o Ultimatum. Como é conhecido, pelo tratado de 30 de Dezembro de 1886 com a Alemanha e, de acordo com o designado Mapa Cor-de-Rosa apenso ao tratado, Portugal garantia o aval germânico a um corredor transcosteiro que unisse os territórios reclamados pelos portugueses entre Angola e Moçambique, ainda que reservasse os direitos que outros poderes já houvessem adquirido. Essa faixa consignava o rio Rovuma como limite fronteiro a norte de Moçambique. A sul de Angola, onde se encontravam os alemães, fazia recuar até ao Cunene a fronteira que os portugueses queriam que fosse até Cabo Frio. Porém, a cedência à Alemanha, embora não passasse sem protesto, acaba por ser aprovada pelas Cortes, pois resolvia o problema das fronteiras angolanas.

Fica por solucionar a questão das fronteiras de Moçambique, já que a Inglaterra protesta oficialmente contra o tratado, não o

⁷ AHD MNE, pacote 1, doc. 18.

⁸ Brown, *Victorian News*, 110.

reconhecendo. Uma das razões é o facto de a delimitação territorial acordada com a Alemanha se sobrepor à área ocupada pelas missões escocesas no Niassa fazendo-as depender da boa vontade do governo português. Este mantinha o Zambeze e os seus afluentes, nomeadamente o rio Chire, fechados ao tráfego internacional, obrigando a que a circulação na zona através dos cursos fluviais fosse controlada pelos portugueses.

A questão do Niassa tornou-se fundamental na disputa com a Grã-Bretanha. De início não era importante. O governo britânico estava mais interessado no futuro entre Boers e britânicos na África do Sul ⁹. Por sua vez, os colonos do Cabo estavam interessados em Matabele e Mashonalândias, pretensões apoiadas por Rhodes. É assim que estes territórios são declarados esferas de influência britânica em Julho de 1888 ¹⁰. Porém, como veremos, os interesses dos missionários escoceses no Lago Niassa sobrepujaram-se aos desígnios do próprio governo de Londres e precipitaram os acontecimentos.

A área era fulcral para os escoceses que, na senda do missionário escocês David Livingstone, se haviam estabelecido nas margens do Lago. Eram eles que dominavam a zona, quer através das várias Igrejas escocesas, quer comercialmente, sobretudo através da African Lakes Company. São os seus interesses que querem ver defendidos e, em termos de opinião pública, possuem um trunfo inquestionável: o mito que se formara à volta da figura de Livingstone. Este havia sido triunfalmente aclamado em Londres quando do regresso da sua viagem de travessia do continente africano de Luanda a Quelimane, que tivera lugar entre 1854 e 56. Porém, a expedição seguinte, realizada ao Zambeze entre 1858 e 64, fora um fracasso. Acaba por embarcar noutra viagem à zona do Tanganica, já muito doente e sem que a Inglaterra recebesse notícias suas durante muito tempo, até que é “encontrado” por Henry Morton Stanley a expensas do poderoso *New York Herald*, que publicaria a entrevista que seria o *coup* jornalístico da época. Impecavelmente vestido de branco na selva africana,

⁹ Ronald Robinson e John Gallagher com Alice Denny, *Africa and the Victorians. The Official Mind of Imperialism* (London: Macmillan, 1988), 229.

¹⁰ *Ibid.*, 226.

Stanley alegadamente dissera: “Dr Livingstone, I presume”¹¹. Tinha começado a operação de branqueamento da memória de Livingstone. Até então, este era visto como um homem caracterizado por egoísmo e teimosia cega, que todos sacrificara aos seus próprios interesses, levando à morte de muitos dos seus companheiros da expedição ao Zambeze incluindo a sua própria mulher, Mary, e Charles Mackenzie, o bispo que chefiara a primeira missão da Universities Mission to Central Africa estabelecida em Magomero, nas terras altas do Chire, em 1861. O artigo de Stanley transforma-o num homem angélico, virtuoso, num mártir e num modelo a seguir¹².

Era esta reputação que Batalha punha em causa com os seus artigos nos quais afirmava terem sido os portugueses os primeiros a chegar ao Lago Niassa, o que era negado pelos escoceses, que atribuíam a descoberta do Lago a Livingstone.

Como vimos, o entrevistador da *Pall Mall Gazette* refere-se ao artigo que Batalha Reis havia publicado dias antes na *Scottish Geographical Magazine*, “The Portuguese in Nyasaland”¹³. Nesse texto Batalha fornece uma catadupa de informação histórica com o objectivo de provar que a presença de Portugal na zona remontava ao século XVII, enunciando nomes como: Luís Mariano, padre jesuíta que recolhe informação sobre o Lago em 1624, Gaspar Bocarro, geógrafo e cronista nomeado em 1631 Guarda-Mor do Arquivo Real de Goa, ou, no século XIX, Cândido da Costa Cardoso, que havia assinalado o Lago ao próprio Livingstone em 1856, ou João de Jesus Maria, que, em 1858, terá descrito o Lago ao Dr. John Kirk, companheiro de Livingstone ao Niassa.

O artigo da revista escocesa provocaria imensa reacção, tal como acontecera com outros igualmente publicados por Batalha. Quando o

¹¹ Ver o capítulo “Find Livingstone,” in Christopher Hibbert, *Africa Explored. Europeans in the Dark Continent 1769-1889* (London: Penguin, 1988), 285-90.

¹² Tim Jeal, *Livingstone* (London: Pimlico, 1996), 346-47 e 351-53.

¹³ Jaime Batalha Reis, “The Portuguese in Nyassaland,” *Scottish Geographical Magazine* n.º 5 (Maio de 1889): 256-58. O artigo foi republicado em Portugal. Ver: Jaime Batalha Reis, “Os Portugueses na Região do Niassa,” in *Estudos Geográficos e Históricos*, ed. Augusto Reis Machado (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1941), 31-52.

escreve e concede a entrevista à *Pall Mall Gazette*, já, entre Agosto de 1888 e Janeiro de 89, havia conduzido em periódicos britânicos, sobretudo de Newcastle e da Escócia, uma campanha em prol dos direitos portugueses. Esta é uma acção de propaganda para a qual ele próprio se havia auto-indigitado. Em carta confidencial a Henrique Barros Gomes incluída no seu espólio contido no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros escreveu, em 22 de Junho de 1888:

É necessário organizar em Inglaterra uma preparação da opinião pública a nosso favor. Essa preparação não pode ser feita de modo algum pelo Ministro de Portugal. A pessoa encarregada de o fazer sê-lo-á secretamente e terá para o público o simples aspecto de um geógrafo português patriota [3 palavras sublinhadas por Batalha]. Essa pessoa deveria gradualmente pôr-se em relação com pessoas influentes da publicidade inglesa e com os correspondentes de Londres dos jornais estrangeiros mais importantes, principalmente dos jornais alemães.

[...]

A pessoa indicada trabalhará secretamente segundo as instruções do Ministério dos Negócios Estrangeiros e de acordo com a acção diplomática do Ministro em Londres ¹⁴.

Como se vê noutra carta confidencial a Barros Gomes ¹⁵, inicialmente, o Ministro não se rende aos seus argumentos chegando a dizer-lhe que será praticamente impossível mudar a opinião pública estrangeira. “É claro que me cumpre apenas obedecer às ordens de Vossa Exa. e que isso farei”, responde Batalha na mesma carta. Não é o que irá fazer. Está consciente do poder da imprensa e quer utilizá-lo a seu favor. Como ele próprio escreve no referido documento:

A opinião pública não se forma nas Chancelarias nem nas Legações. As Chancelarias, ou, pelo menos, a Chancelaria inglesa, obedecerá à opinião pública em vez de servir a formá-la. A opinião pública em Inglaterra forma-se na imprensa e em todos os lugares onde se discute e se fala livremente. Modificar, nestas condições, a opinião pública é talvez mais fácil do que se pode julgar.

¹⁴ AHD MNE, pacote 1, doc. 5.

¹⁵ AHD MNE, pacote 1, doc. 9.

E ainda: “É indispensável, julgo eu, adquirir uma posição na imprensa diária que é a que tem influência sobre o maior número, que é a grande arma inglesa e hoje a grande arma universal”.

Tem assim início uma missão semi-secreta que ficaria, em grande parte, esquecida nos arquivos e que eu própria parcialmente ressuscitaria.

3. UMA CARTA DE BARROS GOMES NO *NEWCASTLE-ON-TYNE DAILY CHRONICLE*

Esta missão propagandística coincide com a nomeação de Barros Gomes, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, para o Ministério da Marinha e das Colónias, em Julho de 1888. Os dois actuariam muitas vezes em conjunto, como veremos. Logo em 28 de Setembro de 1888, Barros Gomes faz publicar, certamente com a ajuda de Batalha, uma carta no *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* ¹⁶.

O impacte do *Chronicle* em termos de opinião pública não seria de desprezar. Com uma circulação superior a 35 000 exemplares ¹⁷, era um dos mais importantes periódicos da imprensa regional. Além disso, o editor, Joseph Cowen, era um homem de esquerda ¹⁸. Assim, o jornal afirmava-se como um periódico de cariz liberal. Se pensarmos que uma das características do jornalismo de província era o alinhamento por partidos, mais facilmente perceberemos porque é que Batalha Reis consegue fazer publicar vários artigos, tanto mais que outra das características deste tipo de imprensa era a publicação de posições divergentes no que dizia respeito às questões mundiais ¹⁹.

Como se vê na citada carta, o Ministro sabe que a liberalização da circulação no Zambeze é de extrema importância para os britânicos. É assim que joga com ela a seu favor, numa tentativa de pressionar Londres a admitir as pretensões portuguesas a um corredor transcosteiro,

¹⁶ H. [Henrique] de Barros Gomes, “The Portuguese in Africa,” *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (28 de Setembro de 1888): E4/85-88. Este artigo encontra-se reproduzido in Coelho, *A Agulha de Cleópatra*, 144-47.

¹⁷ Brown, *Victorian News*, 53.

¹⁸ *Ibid.*, 71-72.

¹⁹ *Ibid.*, 71.

fazendo depender a autorização de facilidades de navegação no rio do reconhecimento da fronteira norte de Moçambique.

Apesar de, em 1885, a Conferência de Berlim haver consagrado a cláusula da ocupação efectiva, ainda que apenas aplicável às regiões costeiras, Barros Gomes justifica as suas exigências, sobretudo com base na prioridade de descoberta dos territórios em questão por parte dos portugueses. Esta seria invocada ao longo de toda a disputa com a Grã-Bretanha.

A carta de Barros Gomes marcaria o início de acesa polémica nas páginas do *Newcastle Daily Chronicle*, polémica entre John Mundill, tal como Batalha Reis, membro da Tyneside Geographical Society, e o geógrafo português. Em 9 de Outubro, Mundill escreveria um artigo a criticar a carta do Ministro ²⁰, a que se seguiriam três longos artigos de Batalha em 27, 28 e 29 de Novembro ²¹. Os textos são cuidadosamente preparados com detalhada investigação que deve ter custado a Batalha muitas horas de trabalho. Era, de facto, um leitor ávido e sério, como podemos constatar ao percorrermos o seu espólio da Biblioteca Nacional, no qual encontramos listas de obras que possuía e anotava e requisições da biblioteca do Museu Britânico ²². Além disso, pede para Portugal o envio de livros e documentos ²³. A lista de livros que remete, no final da vida, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros é elucidativa do seu esforço de documentação, incluindo os relatos de David Livingstone, Henry Morton Stanley, Richard Francis Burton e outros exploradores ²⁴. É com base em toda esta informação que

²⁰ J. [John] M. [Mundill], “The Portuguese in Africa. To the Editor of the *Daily Chronicle*,” *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (9 de Outubro de 1888): E4/85-88. Reproduzido in Coelho, *A Agulha de Cleópatra*, 148-51.

²¹ Respectivamente: Jaime Batalha Reis, “The Portuguese in Africa. To the Editor of the *Daily Chronicle*,” *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle*, I, II, III (27, 28, 29 de Novembro de 1888): E4/85-88. Estes artigos encontram-se reproduzidos in Coelho, *A Agulha de Cleópatra*, 152-66.

²² E4 85/5.

²³ Ver carta de Batalha a Barros Gomes de 2 de Janeiro de 1889, AHD MNE, pacote 1, doc. 53, na qual se queixa de que não lhe foram enviados os documentos pedidos. Solicita mesmo documentos confidenciais e até insinua que os arquivos dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Marinha possam não estar bem organizados, impedindo que se conheça os seus acervos.

²⁴ E4 26/28.

constrói a sua defesa, como se vê pelos artigos em que cita quer fontes portuguesas, quer inglesas e fornece um manancial de nomes e datas, além de bibliografia.

O artigo batalhiano de dia 28 é precisamente sobre Niassalândia. Já aqui Batalha enumera os portugueses que haviam chegado ao Lago Niassa antes de Livingstone. Mundill responde em 27 de Dezembro contra-atacando com uma lista de nomes ligados a Livingstone — John Kirk; Horace Waller, Edward Young²⁵. A escolha é elucidativa: Kirk, como referimos, havia acompanhado Livingstone ao Niassa; Waller, um dos melhores amigos do missionário, estivera com ele na malograda expedição ao Zambeze e editara os seus *Last Journals* em 1874; Young havia chefiado uma expedição para ir à procura de Livingstone, tendo escrito *The Search After Livingstone* (1868).

O artigo de Mundill aborda ainda uma outra questão — a escravatura. Praticá-la era uma das principais acusações de Livingstone contra os portugueses. Uma das ideias subjacentes ao *motto* do missionário — os 3 Cs: “commerce, Christianity and civilization”²⁶ — era substituir o tráfico de escravos pelo comércio legítimo e grande parte da sua fama advinha precisamente do combate à escravatura. As doenças constituíam um obstáculo aos seus ideais, dizimando os europeus e diminuindo o lucro. Contudo, ao chegar ao Zambeze em 1851, Livingstone julga ver resolvidos estes contratempos: o rio solucionaria os problemas de comunicação com o interior. O Zambeze começa, então, a povoar os sonhos de Livingstone como uma enorme *highway* concedida por Deus que urge abrir ao comércio internacional²⁷.

Batalha Reis responde a Mundill em 1 e 3 de Janeiro de 1889²⁸. Mundill ainda reage em 10 de Janeiro²⁹; Batalha contra-ataca no

²⁵ John Mundill, “The Portuguese in Africa. To the Editor of *The Daily Chronicle*,” *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (27 de Dezembro de 1888): E4 85/5. Reproduzido in Coelho, *A Agulha de Cleópatra*, 167-76.

²⁶ Jeal, *Livingstone*, 102.

²⁷ *Ibid.*, 101-102.

²⁸ Jaime Batalha Reis, “The Portuguese in Africa. To the Editor of the *Daily Chronicle*,” I e II, *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (1 e 3 de Janeiro de 1889): E4/85-9.

²⁹ John Mundill, “The Portuguese in Africa. To the Editor of the *Daily Chronicle*,” *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (10 de Janeiro de 1889): E4/85-9.

dia 22 ³⁰, mas Mundill decide não continuar a disputa e não lhe responder, como podemos ver no artigo de 10 de Janeiro.

Batalha passara, entretanto, a escrever para um jornal escocês, o *Scotsman*, onde publica um artigo no dia 7 de Janeiro no qual repete toda a argumentação que já conhecemos ³¹. Sabe que a imprensa escocesa é particularmente hostil a Portugal ³² e, perspicaz, quer atacar a questão no seu âmago. O *Scotsman* é o principal periódico de Edimburgo. No final dos anos 70, já vendia mais de 50 000 exemplares, quando o *Times* vendia menos de 70 000 ³³. Do ponto de vista político, era um jornal liberal ³⁴. Quanto ao seu editor, Charles Cooper, estava intimamente ligado aos círculos políticos, fazendo-se ouvir em Londres ³⁵.

O seu texto vai provocar acesa contestação em artigos saídos no jornal em 10, 11, 12 e 16 de Janeiro de 1889 ³⁶. O artigo de dia 11 é mesmo da autoria de Horace Waller ³⁷. Batalha tenta defender-se, mas o jornal recusa-se a publicar-lhe mais artigos. No espólio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, vemos que os textos do *Scotsman* estão todos anotados por Batalha, o que mostra a sua intenção de se defender. Na verdade, em 15 de Fevereiro, escreve ao editor do jornal agradecendo-lhe ter publicado o seu primeiro artigo e pedindo para responder, visto ter sido tão atacado. Cooper não consente ³⁸.

Para percebermos a sua intervenção e a reacção causada é necessário perceber que o contexto histórico-diplomático havia mudado. Em Julho de 1888, Portugal envia ao Niassa uma expedição secreta sob o comando de António Maria Cardoso. Esta chega ao Chire em Dezembro. Logo

³⁰ Jaime Batalha Reis, "The Portuguese in Africa. To the Editor of the *Daily Chronicle*," *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (22 de Janeiro de 1889): E4/85-9.

³¹ Jaime Batalha Reis, "The Portuguese in East Africa," *Scotsman* (7 de Janeiro de 1889): E4/85-9. Reproduzido in Coelho, *A Agulha de Cleópatra*, 177-81.

³² Sobre o impacte da questão do Ultimatum na imprensa britânica, ver Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular* (Lisboa: Cosmos, 1996), 61-75.

³³ Brown, *Victorian News*, 53.

³⁴ *Ibid.*, 69.

³⁵ *Ibid.*, 193.

³⁶ E4/21-2.

³⁷ Horace Waller, "The Portuguese in East Africa," *Scotsman* (11 de Janeiro de 1889): E4/21-2.

³⁸ Ver carta de Batalha Reis ao editor do jornal, AHD MNE, pacote 4, doc. 61.

os círculos missionários protestam para Londres, como, aliás, Batalha relata em carta enviada a Barros Gomes em 2 de Janeiro: “Como lhe disse no meu telegrama cifrado de 23 de Dezembro a Escócia está em fogo com respeito à expedição de Cardoso”³⁹.

4. O ARTIGO DA *SCOTTISH GEOGRAPHICAL MAGAZINE*

Batalha não esmorece e é então que publica, com muito esforço, como regista a documentação contida no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o artigo da *Scottish Geographical Magazine*. Para se perceber o alcance da publicação e, conseqüentemente, a estratégia, brilhante, diga-se, de Batalha, será de notar que a revista era o órgão principal da *Scottish Geographical Society*, a segunda mais importante sociedade de Geografia britânica e um dos principais órgãos de promoção do império.

Batalha Reis estará consciente de tudo isto, o que demonstra que conhecia bem o funcionamento da sociedade britânica. Será esta uma das razões pelas quais Barros Gomes confia nos seus argumentos. Assim, quando Charles Edward Nowell afirma que o impacto do artigo seria nulo, uma vez que a *Scottish Geographical Magazine* só atingia uma tiragem de 1000 exemplares⁴⁰, não está a avaliar o caso em toda a sua extensão. Como veremos, a crítica acesa de que o artigo batalhiano seria alvo na imprensa prova-o.

Logo de início, a publicação do artigo não deixa de levantar problemas, como se vê na carta enviada ao editor, Arthur Silva White, em 8 de Março de 1889⁴¹, e numa outra a Barros Gomes, no dia 20 de Março⁴², assim como nas respostas de White, em 20, 25 e 27 desse mês⁴³.

³⁹ AHD MNE, pacote 1, doc. 53.

⁴⁰ Charles E. Nowell, *The Rose-Colored Map: Portugal's Attempt to Build an African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean* (Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982), 169.

⁴¹ AHD MNE, pacote 4, doc. 71.

⁴² AHD MNE, pacote 1, doc. 61. Reproduzido in Coelho, *A Agulha de Cleópatra*, 182-84.

⁴³ AHD MNE, pacote 4, docs. 64, 65, 66.

Depois de ler o texto, White comunica a Batalha Reis que ultrapassou os limites do que era apropriado a um artigo de uma revista geográfica. Uma vez que o português lhe diz que apenas se queria defender, White informa-o de que só lhe publicará o texto se vier lê-lo, ele próprio, a Edimburgo, num dos encontros da Sociedade. Receia fortes reacções, sublinha, “devido ao actual impasse político na Região dos Lagos de África”⁴⁴ e que o caso acabe como o do *Newcastle Daily Chronicle*, com respostas em série nos vários números da revista. Assim, acha que o problema poderá ficar resolvido apenas numa sessão pública com a prestação de esclarecimentos por parte de Batalha, os quais poderão ser publicados juntamente com o artigo encerrando a questão e evitando aborrecimentos. Batalha Reis não quer, insistindo muito, mas White não cede. “The Portuguese in Nyassaland” acaba por sair no mês de Maio.

Entretanto, a situação no Niassa havia evoluído negativamente para Portugal. Em Março, Serpa Pinto tinha ido para o Niassa juntar-se a Cardoso. Ainda nesse mês, a Inglaterra tenta um acordo enviando a Lisboa Harry Johnston, autor da expressão *Cape-to-Cairo*, e cônsul britânico em Moçambique, que propõe a renúncia de Portugal a Matabele e Mashonalândias em troca de um acordo no Niassa⁴⁵. Salisbury sabe que estes termos não agradariam às igrejas escocesas e não se atreve a dar andamento à proposta sem as avisar. O resultado não se fez esperar: em Abril, 11 000 pastores das três igrejas presbiterianas assinam uma petição contra Portugal⁴⁶.

Enquanto anteriormente considerava que os interesses missionários não eram razão para alargar a influência britânica no Niassa e que o primeiro objectivo das negociações eram Matabele e Mashonalândias para obter o reconhecimento português de uma esfera de influência britânica ao sul do Zambeze, em Agosto, Salisbury declara as Terras Altas do Chire sob protecção britânica para as proteger da expedição Serpa Pinto.

Em 8 de Novembro de 1889, o recontro entre Serpa Pinto e os Macololos precipitaria o desfecho da disputa luso-britânica, mas não

⁴⁴ AHD MNE, pacote 4, doc. 64. Tradução nossa.

⁴⁵ Nowell, *The Rose-Colored Map*, 172.

⁴⁶ *Ibid.*, 246.

sabemos se esse incidente seria imprescindível para a ruptura entre os dois governos. Cremos que se tratou, sobretudo, de um pretexto pois ambas as partes repetem a argumentação que utilizavam há vários anos e que ecoava na imprensa dos dois países, cada uma delas convencendo a respectiva opinião pública de que a razão estava do seu lado.

5. O ULTIMATUM

Examinemos em detalhe os reveladores documentos que antecedem o Ultimatum, nomeadamente a principal troca de correspondência entre Salisbury e George Glynn Petre, o Ministro britânico em Lisboa, e entre este, Barros Gomes e Salisbury.

Em 29 de Novembro, Barros Gomes envia para Londres um longo despacho em defesa das pretensões portuguesas na Mashonalândia e no Niassa com base em argumentação histórica em que evoca um passado de heróis e de mártires. No que diz respeito ao Niassa, verificamos que utiliza a argumentação de Batalha Reis, remetendo para o artigo da *Scottish Geographical Magazine* ⁴⁷.

O despacho chega às mãos de Salisbury no dia 6 de Dezembro e a resposta de Londres não se faz esperar, no dia 26, com o Ministro britânico a rejeitar a invocação de direitos históricos contra a ocupação efectiva e argumentando:

The Minister for Foreign Affairs does not rest these pretensions upon any assertion that the Portuguese Government has in modern times occupied, or colonized, or governed the regions to which the claim of dominion is advanced. Such a contention would have been impossible, for it is notorious that a large area of the territories in the Zambezi basin, and many of its remarkable features, were unknown to the world until they were revealed by the enterprise of Livingstone and other British explorers, and the only Settlements which have been established in it in recent years

⁴⁷ The National Archives (TNA): FO 179/267, Senhor Gomes to Mr. D'Antas, November 29, 1889 (Translation).

are those of the British Missionary Societies and Trading Companies, which are found upon the banks of the Shiré and the coasts of Lake Nyassa”⁴⁸.

Porém, já em 17 de Dezembro, Salisbury escrevera a Petre dizendo que recebera um telegrama do Cônsul-Geral em Zanzibar acerca da expedição Serpa Pinto, segundo o qual os Macololos haviam sido atacados pelo explorador português, o que considera uma infracção séria aos direitos de um Estado amigo. Acrescenta que Petre deve solicitar uma declaração do governo português em como Portugal não terá permissão de atacar qualquer território que esteja sob a protecção da Grã-Bretanha⁴⁹, instruções que Petre reporta a Barros Gomes no dia 18⁵⁰.

Barros Gomes responde no dia 20 num longo despacho no qual defende a actuação de Serpa Pinto, alegando que a expedição era puramente técnica, que foi agredida durante a ausência do explorador, que este não atacou e que o recontro teve lugar a sul do Ruo. Diz ainda que a informação que circula na Europa é incorrecta, exagerando tanto o número de homens envolvidos como de material bélico e de mortes. Em relação aos requisitos apresentados por Salisbury, afirma que o governo português nunca autorizou nem sancionará ataques a territórios britânicos no Chire e no Niassa e não pretende atacar territórios pertencentes a Lobengula, ou onde se encontram chefes sob vassalagem deste, mas apenas manter-se e defender-se nas áreas que considera pertencerem à Coroa de Portugal. O final do documento é mais incisivo: “The Portuguese Government however great may be their feelings of deference towards the British Government, for their dignity’s sake cannot but reserve the right of forming a judgement, after they have read the full account of the facts”⁵¹.

Sabemos também qual foi o relato que Petre fez a Salisbury da reunião que teve com Barros Gomes no dia anterior, cujo tom não corresponde ao que lemos no documento enviado ao Ministro inglês. Relata Petre que salientou a Barros Gomes a necessidade de dar uma

⁴⁸ TNA: FO 179/267, Foreign Office, December 26, 1889.

⁴⁹ TNA: FO 179/276, Marquis of Salisbury to Mr. Petre, December 17, 1889, noon (Substance telegraphed).

⁵⁰ TNA: FO 179/276, Mr. Petre to Senhor Barros Gomes, December 18, 1889.

⁵¹ TNA: FO 179/276, Senhor Barros Gomes to Mr. Petre, December 20, 1889 (Translation).

resposta satisfatória para evitar uma ruptura com a Grã-Bretanha. Diz ainda que lhe perguntou se achava possível que a Grã-Bretanha ficasse de braços cruzados quando os seus interesses eram assim tratados, que a actuação de Portugal havia causado grande irritação em Inglaterra e que duvida que outra grande potência tivesse actuado com a mesma tolerância. Acrescenta que tinha dito a Barros Gomes que havia limites e Serpa Pinto os tinha ultrapassado e que, se Portugal não acatasse o pedido razoável da Grã-Bretanha, iria obrigá-lo a adoptar meios para obter o que era pedido. Termina dizendo que os argumentos de Barros Gomes não constituem resposta satisfatória nem adequada ⁵².

No dia 2 de Janeiro, Salisbury escreve a Petre informando-o que mostrou à Rainha o despacho de Barros Gomes e que o governo britânico não encontra nele as garantias precisas e explícitas do que considera essencial obter. O Executivo insiste numa garantia em como não haverá qualquer tentativa de solucionar questões territoriais pelo uso da força, ou de estabelecer o domínio português sobre distritos em que prevalecem os interesses britânicos. E ameaça, repetindo o que Petre lhe tinha dito: “If Her Majesty’s Government cannot obtain such an assurance from the Portuguese Government, it will be their duty to take the measures which they consider necessary for the adequate protection of their interests”. E termina:

You are therefore instructed to repeat to Senhor Barros Gomes a categorical request for an immediate declaration from the Portuguese Government that the forces of Portugal will not be permitted to interfere with the British Settlements on the Shiré and Nyassa, or the country of the Makololos, or the countries under the government of Lo Bengula, or any other country which has been declared to be under British protection; and further that there will be no attempt to establish and exercise Portuguese jurisdiction in any portion of those countries without previous arrangement between the two Governments.

Pede uma resposta até à noite de dia 8 ⁵³.

⁵² TNA: FO 179/276, Mr. Petre to the Marquis of Salisbury (Received December 23), December 19, 1889.

⁵³ TNA: FO 179/276, The Marquis of Salisbury to Mr. Petre, January 2, 1890.

Barros Gomes recebe o despacho dia 6 e responde no dia 8. Começa por dizer que lamenta ter-lhe sido dado um prazo para a sua resposta, acrescentando, ofendido:

The great value which, as I have always shown, I set upon the maintenance of good relations between Portugal and Great Britain, has never allowed me to delay any reply of mine whenever such delay could in any way endanger an interest of so capital a nature.

Lamenta ainda que as garantias dadas por Portugal não tenham satisfeito o governo britânico repetindo que a expedição não tinha intenções agressivas e que Portugal não podia considerar a declaração de um protectorado num território sobre o qual a Coroa portuguesa tinha constantemente afirmado os seus direitos. Acrescenta que o governo português quer tanto chegar a um acordo que não hesitará em ir mais longe para o facilitar lembrando que Portugal tinha repetidamente insistido na conclusão desse acordo, cujos termos nunca se recusou a discutir, nem nunca se eximiu aos maiores sacrifícios para assegurar. O governo português não objecta a enviar instruções às autoridades de Moçambique nos termos solicitados pela Inglaterra, nem iria estabelecer jurisdição sobre os mencionados territórios sem acordo prévio entre os dois governos. Porém, Barros Gomes pede reciprocidade para com um Poder há muito aliado e amigo, confiando que a Grã-Bretanha enviará instruções semelhantes às suas autoridades para que se abstenham de acções que possam alterar o estado da questão, até que seja resolvida por um acordo. E acrescenta que, se a sua resposta não satisfizer a Grã-Bretanha ou se não for possível, contra as expectativas portuguesas, concluir um acordo, Portugal submeterá todas as disputas pendentes a arbitragem, de acordo com o artigo 12.º da Conferência de Berlim. E conclui: “In truth, if England had recognized the historical rights as constantly asserted by Portugal, to the territories on the Shiré and Nyassa, no question should ever have arisen”⁵⁴.

⁵⁴ TNA: FO 179/276, Senhor Barros Gomes to Mr. Petre, January 8, 1890 (Translation).

Face a isto, Petre telegrafia a Salisbury no mesmo dia enviando-lhe a tradução do documento de Barros Gomes e dando a sua própria opinião: podia ser tomado como uma capitulação às exigências do governo britânico, mas considera, contudo, “that it would be expedient to obtain a specific assurance as to the immediate withdrawal of all Portuguese forces to this side of the Ruo”⁵⁵.

Logo no dia seguinte, Salisbury telegrafia a Petre dizendo-lhe para informar Barros Gomes que, antes que as garantias enunciadas por Portugal possam ser aceites como satisfatórias, o governo britânico tem de saber que foram enviadas para Moçambique instruções específicas respeitantes aos actos de força e ao exercício de jurisdição objecto de queixa por parte da Grã-Bretanha. Informa ainda que essas instruções devem incluir retirada das autoridades e das forças do país dos Macololos abaixo do Ruo (tal como Petre lhe havia sugerido que exigisse). Pede também a Petre que requeira a Barros Gomes cópia das instruções enviadas para Moçambique⁵⁶.

No dia 10, Petre telegrafia a Salisbury dizendo que Barros Gomes enviou no dia anterior ordens rigorosas no sentido do que fora solicitado pelo governo britânico e informou que Serpa Pinto se encontrava há muito em Moçambique, mas que as suas forças haviam regressado a Inhambane⁵⁷.

Porém, logo no mesmo dia, às 9 da noite, Salisbury telegrafia a Petre dizendo que o recuo de Serpa Pinto não é aceite como suficiente. Informa ainda que recebeu um telegrama do cônsul britânico em Moçambique no dia 4, dizendo que, sob autoridade do próprio Serpa Pinto, a expedição continuava a ocupar o Chire e que Katunga e outras estações seriam fortificadas e guarnecidas e ainda que Andrade estava a organizar uma expedição a Mashonalândia. Informa também que a garantia que o governo britânico pretende é uma ordem de retirada de todas as tropas portuguesas do Chire, do país dos Macololos

⁵⁵ TNA: FO 179/276, Mr. Petre to the Marquis of Salisbury (Received by telegraph, January 8), January 8, 1890.

⁵⁶ TNA: FO 179/276, the Marquis of Salisbury to Mr. Petre (Substance telegraphed), January 9, 1890 (Telegraphic).

⁵⁷ TNA: FO 179/276, Mr. Petre to the Marquis of Salisbury (Received January 10), January 10, 1890.

e de Mashonalândia. Pede a Petre que urja Barros Gomes a enviar imediatamente essa ordem e que lhe forneça cópia da mesma. Até que tal seja feito, o governo britânico terá de considerar todas as garantias ilusórias. E termina com a ameaça:

Should you not receive a satisfactory reply by 10 o'clock on Saturday evening, you will telegraph to the Captain of the "Enchantress" to come at once to Lisbon; and if, on her arrival, a satisfactory answer has still not been sent, you will withdraw your Legation, and leave the archives in charge of the Acting Consul ⁵⁸.

O pré-Ultimatum estava enviado.

Os acontecimentos precipitam-se. No dia 11, às 6 da tarde, Petre informa Salisbury que reuniu com Barros Gomes e que acha haver convencido Portugal a capitular ⁵⁹. No dia 12, escreve que recebeu uma nota privada de Barros Gomes informando-o da decisão de ceder às exigências da Grã-Bretanha e que receberá, ainda no mesmo dia, informação oficial dessa decisão, resultante de uma reunião do Conselho de Estado realizada na noite anterior e presidida pelo Rei ⁶⁰.

Ainda no dia 12, um longo despacho enviado a Salisbury relata a reunião que Petre teve com Barros Gomes, na qual lhe transmitiu as instruções de Salisbury, nomeadamente que teria de ter uma resposta na noite de dia 11. Segundo Petre, o Ministro português terá ficado muito impressionado e pareceu-lhe que o governo português não havia, até então, compreendido que se encontrava na iminência de uma ruptura com a Grã-Bretanha. Petre terá pedido a Barros Gomes que não mergulhasse o país em perigos e perdas que uma tal disputa acarretaria e que seria infinitamente maior do que qualquer sacrifício. Dada a gravidade da situação, Barros Gomes pediu-lhe para redigir um

⁵⁸ TNA: FO 179/276, the Marquis of Salisbury to Mr. Petre, January 10, 9 P.M. (Telegraphic).

⁵⁹ TNA: FO 179/276, Mr. Petre to the Marquis of Salisbury (Received January 12), January 11, 6 P.M. (Telegraphic).

⁶⁰ TNA: FO 179/276, Mr. Petre to the Marquis of Salisbury (Received January 12), January 12, 1890.

Memorando ⁶¹ com o conteúdo do que Petre lhe havia comunicado para levar ao Conselho de Estado como prova adicional da extrema gravidade da situação, solicitação a que Petre acedeu. Seria este o documento conhecido como o Ultimatum.

Petre reporta ainda que recebeu nessa manhã uma carta privada de Barros Gomes informando que o Governo decidiu anuir às exigências da Grã-Bretanha e ainda que, nessa mesma noite, recebeu uma nota oficial do Ministro português, cuja tradução anexa ⁶².

Este documento é muito interessante. Barros Gomes começa por dizer que o governo português pensava e ainda pensa que, na sua nota de 8 de Janeiro, havia cumprido com o que o governo britânico havia pedido; que esperava reciprocidade; que enviou ordens para Moçambique com o objectivo de facilitar um acordo com a Grã-Bretanha. Mantém que a fronteira a sul do Ruo não pode ser reconhecida por Portugal e queixa-se de que ainda nem sequer tinha tido tempo de responder a esta nova exigência, já outro Memorando de Salisbury lhe chegava às mãos no dia 11.

E termina:

In the presence of an imminent rupture with Great Britain, and in view of all the consequences which may perhaps result therefrom, His Majesty's Government have decided to yield to the demands recently drawn up in the two Memoranda ⁶³ to which I refer, and His Majesty's Government, reserving in every way the rights of the Crown of Portugal to the African regions in question, and protesting also on behalf of the right conferred upon them by Article 12 of the General Act of Berlin to have the matter in dispute definitively settled either by mediation or by arbitration, will send the orders required by Great Britain to the Governor-General of Mozambique ⁶⁴.

⁶¹ TNA: 179/276, Memorandum given to Senhor Barros Gomes, at his request, January 11, 9 P.M.

⁶² TNA: FO 179/276, Mr. Petre to the Marquis of Salisbury (Received by telegraph, January 12), January 12, 1890.

⁶³ Refere-se a um outro Memorando também ditado por Petre relativo às instruções enviadas para Moçambique, TNA: FO 179/276, Memorandum, British Legation, Lisbon, January 10, 1890 (Translation).

⁶⁴ TNA: FO 179/276, Senhor Barros Gomes to Mr. Petre, January 12, 1890 (Translation).

Vemos que as exigências britânicas mudam rapidamente. Tal poderá ter-se devido às informações fornecidas num telegrama enviado a Salisbury no dia 4 pelo *Acting Consul* Churchill (referidas no telegrama enviado a Petre no dia 10) dizendo que a expedição Serpa Pinto continua no Chire e confirmando que 180 Macololos haviam sido mortos ⁶⁵; por Johnston, que, também como se vê no telegrama de dia 4, envia a Churchill informações contra Serpa Pinto; pelo facto de Salisbury se ter certificado que o 12.º artigo da Conferência de Berlim não se aplicava ⁶⁶; pelas instâncias do próprio Petre (é ele que, como vimos, sugere novas exigências).

Ao invocar o artigo 12.º da Conferência de Berlim, Barros Gomes estaria, decerto, a pensar na Alemanha. Em Maio de 1889, havia mesmo enviado Batalha Reis numa missão a Berlim com o objectivo de procurar o apoio germânico para a causa portuguesa. Batalha é a escolha certa, tanto mais que havia aprendido alemão no colégio Roeder, em Lisboa ⁶⁷. Porém, os seus esforços seriam em vão.

A estratégia alemã de expansão no continente africano havia mudado desde 1886. Batalha não consegue falar com Bismarck, sendo apenas recebido pelo conde Max von Berchem, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, e Krauel, um mero conselheiro; destes não recebe senão evasivas que interpreta como afirmações, não percebendo (ou não querendo admitir) que a Alemanha já havia entrado numa política de conciliação com a Inglaterra ⁶⁸.

À mudança de estratégia de Berlim presidem várias razões: quando da aprovação germânica do Mapa Cor-de-Rosa, a Inglaterra encontrava-se numa posição de fragilidade em relação à Alemanha. Depois da ocupação do Egipto em 1882 e com o agravamento da situação económica, fora realizado um empréstimo internacional garantido pela França, a Inglaterra, a Itália, a Alemanha, a Áustria e a Rússia, o que

⁶⁵ TNA: FO: 179/276, Acting Consul Churchill to the Marquis of Salisbury (Received January 4, 6.45 P.M.), January 4, 1890, 5.34 P.M. (Telegraphic).

⁶⁶ TNA: FO 179/276: Memorandum by Sir P. Anderson, January 9, 1890.

⁶⁷ Maria José Marinho, *O Essencial sobre Jaime Batalha Reis* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996), 4.

⁶⁸ Ver telegramas de 13 e 14 de Junho a Barros Gomes e cartas a Barros Gomes (16 de Junho) e a Dantas, também de Junho, AHD MNE, pacote 1, docs. 376, 369, 366, 367. Estes documentos encontram-se reproduzidos in Coelho, *A Agulha de Cleópatra*, 189-99.

deixara o controlo do país dependente de seis poderes. A Inglaterra passa, deste modo, a depender da boa vontade germânica, tanto mais que corre o risco que a Alemanha se alie à França, que não vira com bons olhos a ocupação do Egipto.

Assim, a Alemanha vai jogando com o país do Nilo sempre que os seus interesses estão em perigo e a Inglaterra tem de fechar os olhos às suas exigências no continente africano. É com isto que Portugal conta. Contudo, depois de Batalha Reis partir para Berlim, a hipótese de uma *entente* anglo-germânica vai conhecer outros desenvolvimentos. A Alemanha tem em mente uma troca de território na África Oriental por um local estratégico na Europa — a ilha de Heligolândia situada no Mar do Norte, pertença da Grã-Bretanha desde 1815. Acabaria por obter a ilha pelo tratado anglo-germânico de 1 de Julho de 1890, dando aos ingleses um protectorado em Zanzibar e renunciando ao Uganda, entre outras concessões na África Oriental ⁶⁹. O negócio convém à Inglaterra, uma vez que a cedência da ilha implica ver-se livre da influência alemã em Zanzibar e da pressão exercida no Egipto. Por estas razões, a visita de Batalha Reis a Berlim é pura perda de tempo.

Batalha continua, porém, a sua campanha jornalística, como vimos, campanha que se intensificaria nas vésperas do Ultimatum. No dia 2 de Janeiro de 1890, o *Times* publica um longo artigo no qual reafirma os direitos portugueses no Niassa ⁷⁰. Agora, o batalhador Batalha faz uma escalada nas suas intervenções, chegando ao topo da imprensa conservadora londrina e nacional. A reacção não se faz esperar. Na *National Review* de Janeiro, Verney Lovett Cameron, que a Royal Geographical Society enviara numa expedição em busca de Livingstone, desmantela, ponto por ponto, a argumentação de Batalha: “Senhor Batalha Reis makes much of the misconception about the knowledge of the Shire and Lake Nyassa previous to their being, I will not say discovered, but visited by Doctor Livingstone”, escreve ⁷¹. E diz que nenhuma das

⁶⁹ Robinson & Gallagher, *Africa and the Victorians*, 292-94.

⁷⁰ Jaime Batalha Reis; “To the Editor of *The Times*,” *The Times* (2 de Janeiro de 1890): 4, AHD MNE, pacote 7, doc. 178. Reproduzido in Coelho, *A Agulha de Cleópatra*, 210-17.

⁷¹ V. Lovett Cameron, “The Portuguese Claims in Africa,” *National Review* (Janeiro de 1890), 583.

autoridades referidas por Batalha como tendo visitado o rio, os rápidos ou o lago o fizeram e, mesmo quanto aos nomes dos supostos viajantes, nada evidencia não se tratar de escravos ou de agentes nativos a comerciar em nome dos seus senhores. Admira o patriotismo de Batalha, mas escreve: “I fiercely maintain that Portugal has neither the right nor title to the ground now occupied by British pioneers of Christianity, civilization and commerce [repare-se a evocação dos 3 Cs de Livingstone], and to give it up to her would be a grave default on our part, and the effects would be disastrous to the future of the native races who in these cases have the first claim in our consideration”⁷².

Também a *Fortnightly Review* de Janeiro rejeita os argumentos de Batalha. Num longo artigo que recua até aos Descobrimentos são analisadas as causas do conflito, concluindo-se que não existe ocupação efectiva nos territórios em disputa antes do hastear da bandeira inglesa e muito menos anterior à ocupação inglesa dos últimos 25 anos. E, referindo-se a Batalha: “When his quotations from authors of the seventeenth century downwards are examined they amount to this: — not that any Portuguese had actually been to Lake Nyassa, but that they had heard about it. Even if we admit the cogency of the points he adduces, the result is of geographical and not of political interest”⁷³.

No dia 7 de Janeiro, o *Times* publica também resposta de John Kirk. Agora, o próprio companheiro de Livingstone reafirma a “descoberta” do Niassa pelo missionário⁷⁴. A ofensiva escocesa está lançada e é tarde de mais para Batalha Reis e Barros Gomes.

6. O ULTIMATUM NOS DIAS DE HOJE

Em 2018, é publicado o romance de Landeg White, precisamente intitulado *Ultimatum*⁷⁵. Que visão será esta dos acontecimentos mais

⁷² Cameron, “The Portuguese Claims in Africa,” 590.

⁷³ “Portugal’s Aggressions and England’s Duty,” *Fortnightly Review* (Janeiro de 1890), 143.

⁷⁴ John Kirk, “To the Editor of *The Times*,” *The Times* (7 de Janeiro de 1890): 7, AHD MNE, pacote 7, doc. 419. Reproduzido in Coelho, *A Agulha de Cleópatra*, 222.

⁷⁵ Landeg White, *Ultimatum. A Novel* (Blaenau Ffestiniog: Cinnamon Press, 2018).

de cem anos depois, perguntei-me, quando me pediram para fazer uma revisão crítica? ⁷⁶

Landeg White segue uma estratégia ditada pelo desenvolvimento dos Estudos Pós-Coloniais: mostrar o ponto de vista africano num romance em que se encontram factos históricos, fruto de aturada investigação e uma interessante mistura de personagens reais e fictícias.

Seguimos a história de três amigos e alunos do Colégio Militar e da Escola do Exército (três personagens fictícias) — Maria Afonso (sobrinho-neto de uma personagem real, o Marechal António Teixeira Rebelo, fundador do Colégio Militar em 1803), Alfredo José Cardoso e Alfred Zé Miguel. O primeiro é admirador incondicional de Serpa Pinto, que conhece num jantar do Colégio em 1881, e, inspirado pelo seu exemplo, decide ser soldado e juntar-se-lhe em África. Alfred Zé Miguel, meio-indiano, admirador de Camões e ardente defensor do império, irá também na expedição Serpa Pinto. Quanto a Alfredo, defende o *free trade* à inglesa, põe em dúvida a política expansionista africana e irá aderir ao Partido Republicano, ao contrário de Maria Afonso, que alinha pelos Reformistas e depois pelos Progressistas.

O romance centra-se, porém, na visão do Outro veiculada por duas personagens fictícias: Mbewe, o piloto experimentado do rio Chire, e Lorenzo, o cozinheiro da Jamaica.

A introdução de uma personagem das Caraíbas remonta à experiência de Landeg White na Trinidad, onde ensinou na University of the West Indies entre 1964 e 69. Lorenzo é uma personagem fulcral para a desmitificação histórica. A sua voz é importante pois estivera presente em momentos cruciais: com Livingstone; com Charles Mackenzie; com Young, à procura de Livingstone; com Robert Laws, médico e missionário que chefiara a Livingstonia Mission of the Free Church of Scotland. A sua visão é profundamente crítica e acusatória, não poupando quer Livingstone, quer Laws, comparando-os: “I saw another side of Dr Laws. I’d seen hints of the same in Dr Livingstone,

⁷⁶ Teresa Pinto Coelho, “Landeg White (1940-2017): De Camões ao Ultimatum,” revisão crítica de *Ultimatum*. A *Novel*, de Landeg White, *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 27 (2018): 403-17.

who was capable of sacrificing anything or anybody to achieve his goals, which he sometimes managed”⁷⁷.

A voz de Lorenzo deve ser lida como contraponto às visões glorificadoras do missionário escocês. É assim que deveremos interpretar a conversa em que Mbewe o interroga sobre o significado do terceiro “C”:

‘What about the other C? asked Mbewe. ‘Chindevu says there are three Cs, Christianity, Commerce and Civilization’.

I couldn’t help laughing.

‘It has something to do with them thinking their way of life is better, and that we would be better off copying them’⁷⁸.

A crítica a Laws e ao colonialismo escocês é vitriólica: “We weren’t missionaries. We were pioneers of a colony. At Magomero, the Bishop didn’t study to found a colony. He wanted to be archbishop to some local chief, if he could find one. Dr Laws was to become another Pharaoh”⁷⁹. E, no final do romance, conclui: “Dr Laws have the colony he want”⁸⁰.

Também Mbewe desmitifica repetidamente os alegados propósitos civilizadores de Livingstone e da Companhia:

There was something called the ‘three Cs’, Christianity, Commerce and Civilization. The Scottish missionaries up in the Highlands were telling people about the new religion. Then there was the Company attending to the commerce, starting with ivory, and then moving into oil seeds like sesame and millet. The third ‘C’ Mbewe hadn’t quite figured out. It had something to do with wearing shoes and riding bicycles and drinking whisky, but how they linked up was a mystery⁸¹.

Mbewe é o herdeiro dos Macololos, que Livingstone levara consigo para o Niassa. É, pois, a voz do seu povo. Escravo e o melhor piloto

⁷⁷ White, *Ultimatum*, 44.

⁷⁸ *Ibid.*, 137.

⁷⁹ *Ibid.*, 42.

⁸⁰ *Ibid.*, 262.

⁸¹ *Ibid.*, 14.

do Chire, conhece o rio como ninguém e identifica-se com ele. Ambos representam a voz de África, tentando resistir à colonização portuguesa e inglesa. E é a segunda parte do romance que mais surpreende o leitor. Landeg White muda o enfoque narrativo e dá voz ao rio Chire, até então, como Mbewe e Lorenzo, pertencente ao grupo dos silenciados, dando o nome do rio a todos os capítulos, enquanto na primeira parte do romance os nomes das personagens se alternavam como títulos. “Did I ever have a language of my own?”, pergunta-se o rio ⁸².

O relato do rio centra-se na expedição Serpa Pinto. O Chire segue atentamente os acontecimentos e vai exprimindo o seu ponto de vista sobre o homem branco. Tal como Mbewe e Lorenzo, põe em causa a acção de Livingstone. Porém, mais do que as outras personagens, o rio desmantela os vários *topoi* em que se baseia o discurso do colonizador. Logo no início da segunda parte, desfaz o ideal Livingstoniano de uma via marítima de concepção divina: “These *azungu* — the’re called white though they’re a sort of hairy, grey pink — these people called me ‘God’s Highway to the Interior’. Not a god, but their god’s instrument” ⁸³.

O rio desmantela a imagem do homem branco, invertendo o discurso colonial:

They worship killing. If a fish eagle circles overhead, they just can’t leave it alone. [...]. Killing elephants for their ivory or kudu for their meat I can understand. The native hunters do this, though they have strict rules about killing and sharing the spoils, and they say a prayer for the animal’s soul. But killing just for pleasure! That was the first thing we wondered about these *azungu*. It was as though the river, which they didn’t need for survival, existed for sport. Or had to be tamed ⁸⁴.

A última parte do romance retrata esta imagem de violência e morte pós-Ultimatum. Alfred Zé Miguel sofre uma morte horrífica por afogamento; Afonso suicida-se enrolado na bandeira portuguesa (e o leitor não pode deixar de se lembrar de Silva Porto); Alfredo prospera com

⁸² Ibid.,185.

⁸³ Ibid.,185.

⁸⁴ Ibid., 190.

os Republicanos. Lorenzo, que sempre fora uma voz crítica e se recusara a trabalhar na missão de Laws, encontra-se agora, ironicamente, ao serviço dos ingleses. Fica a autenticidade de Mbewe, embora tenha de se adaptar à situação e deixar de ser o piloto do rio.

Classificada por Eça de Queirós como a maior crise enfrentada pela sua geração ⁸⁵, o Ultimatum não impediria, porém, a continuidade da aliança luso-britânica, embora muitos exigissem na época a sua extinção.

No pós-Ultimatum, salientamos o Tratado de Arbitragem entre Portugal e a Inglaterra assinado em Windsor, em 16 de Novembro de 1904, que estabelece que diferenças de natureza legal ou de interpretação de tratados que não possam ser resolvidos pela diplomacia serão referenciados ao Tribunal de Arbitragem em Haia. No Preâmbulo, pode ler-se que é assinado: “Being moreover desirous of confirming, by a further solemn Agreement, the friendship and alliance which have happily subsisted for so long a period between them [o Rei de Inglaterra e o de Portugal], and the two nations which they represent, and of eliminating, as far as possible, from their mutual relations everything which might tend to impair or weaken that friendship and alliance” ⁸⁶.

BIBLIOGRAFIA

- Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD MNE). Espólio Jaime Batalha Reis, maços 150-162.
- Barros Gomes, Henrique de. “The Portuguese in Africa.” *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (28 de Setembro de 1888).
- Biblioteca Nacional de Portugal. Espólios: Jaime Batalha Reis ESP E4.
- Brown, Lucy. *Victorian News and Newspapers*. Oxford: Clarendon Press, 1985.
- Cameron, V. Lovett. “The Portuguese Claims in Africa.” *National Review* (Janeiro de 1890): 583-91.
- Castro, Luís Vieira de. *D. Carlos I*. Barcarena: Arte Mágica Editores, 2003.
- Coelho, Maria Teresa Pinto. *A Agulha de Cleópatra. Jaime Batalha Reis e as Relações Diplomáticas e Culturais Luso-Britânicas*. Lisboa: Cosmos, 2000.
- , *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular*. Lisboa: Cosmos, 1996.

⁸⁵ João Gomes [José Maria Eça de Queirós], “Notas do Mês,” in *Textos de Imprensa VI* (da *Revista de Portugal*) (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995), 69.

⁸⁶ Luís Vieira de Castro, *D. Carlos I* (Barcarena: Arte Mágica Editores, 2003), 288.

- Coelho, Maria Teresa Pinto. “Landeg White [1940-2017]: De Camões ao Ultimatum.”
 Recensão crítica de *Ultimatum. A Novel*, de Landeg White. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses/Journal of Anglo-Portuguese Studies*, n.º 27 (2018): 403-17.
- Gomes, João [Eça de Queirós, José Maria]. “Notas do Mês,” in *Textos de Imprensa VI* (da *Revista de Portugal*), 69-82. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- Hibbert, Christopher. *Africa Explored. Europeans in the Dark Continent 1769-1889*. London: Penguin, 1988.
- Jeal, Tim. *Livingstone*. London: Pimlico, 1996.
- Kirk, John. “To the Editor of the *Times*.” *The Times* (7 de Janeiro de 1890).
- Marinho, Maria José. *O Essencial sobre Jaime Batalha Reis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.
- Massingham, H. M. *The London Daily Press*. London: The Religious Tract Society, 1892.
- Mundill, John. “The Portuguese in Africa. To the Editor of the *Daily Chronicle*.” *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (9 de Outubro de 1888).
- , “The Portuguese in Africa. To the Editor of the *Daily Chronicle*.” *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (27 de Dezembro de 1888).
- Mundill, John. “The Portuguese in Africa. To the Editor of the *Daily Chronicle*.” *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (10 de Janeiro de 1889).
- Nowell, Charles E. *The Rose-Colored Map: Portugal's Attempt to Build an African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.
- , “Our Portuguese Allies in Africa. An Interview with a Portuguese Geographer”. *Pall Mall Gazette* (21 de Maio, 1889).
- , “Portugal's Aggression and England's Duty.” *Fornightly Review* (Janeiro de 1890): 136-48.
- Reis, Jaime Batalha. “The Portuguese in Africa. To the Editor of the *Daily Chronicle*, I, II, III.” *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (27, 28 e 29 de Novembro de 1888).
- , “The Portuguese in Africa. To the Editor of the *Daily Chronicle*, I, II.” *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (1 e 3 de Janeiro de 1889).
- , “The Portuguese in East Africa.” *Scotsman* (7 de Janeiro de 1889).
- , “The Portuguese in Africa. To the Editor of the *Daily Chronicle*.” *Newcastle-on-Tyne Daily Chronicle* (22 de Janeiro de 1889).
- , “The Portuguese in Nyassaland.” *Scottish Geographical Magazine* 5 (Maio de 1889): 256-58.
- , “Os Portugueses na Região do Niassa.” In *Estudos Geográficos e Históricos*. Editado por Augusto Reis Machado, 31-52. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1941.
- , “To the Editor of *The Times*.” *The Times* (2 de Janeiro de 1890).
- Robinson, Ronald e John Gallagher com Alice Denny. *Africa and the Victorians. The Official Mind of Imperialism*. London: Macmillan, 1988.
- Schalk, Harry G. “Fleet Street in the 1880s: The Old Journalism and the New.” *Journalism Quarterly* 41, no. 3 (1964): 421-26.
- The National Archives (TNA): FO 179/ 267.
- Waller, Horace. “The Portuguese in East Africa.” *Scotsman* (11 de Janeiro de 1889).
- White, Landeg. *Ultimatum. A Novel*. Blaenau Ffestiniog: Cinnamon Press, 2018.